



GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERH-PA de 18/09/2019

1 Aos 18 dias do mês de setembro de dois mil e dezenove, realizou-se no Centro
2 Integrado de Monitoramento Ambiental- CIMAM, a Reunião Ordinária do Conselho
3 Estadual de Recursos Hídricos do Pará - CERH-PA, sob a presidência do Senhor
4 Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade, **Dr. José Mauro de Lima O' de**
5 **Almeida**, do Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, **Dr.**
6 **Raul Protázio Romão**, com a presença da Diretora de Recursos Hídricos, Luciene
7 Mota de Leão Chaves e dos seguintes Conselheiros: Wilton Marcello Santos Teixeira,
8 representante da SEDEME; Maria de Belem de Nazareth Gomez, representante da
9 SEPLAN; Camila Mesquita Salim, representante da EMATER; Ary Lima Cavalcanti,
10 Representante da PGE; Jocilete de Almeida Ribeiro representante do IDEFLOR-BIO;
11 Enildo Charles Mendes Cardoso, representante do Instituto Lá no Manguê; Valdinei
12 Mendes da Silva, representante do IFPA; Patricia Guimarães da Rocha, representante
13 da OAB/PA; Dilson Augusto Capucho Frazão, representante da FAEPA; Derick Pantoja
14 Martins, representante da CIP; Carlos Alberto do Amaral, representante da CEPAPA;
15 Luciano Torres Madeira, representante do SIMINERAL; Silvana do Socorro Veloso
16 Sodrê, representante da UFRA; Haroldo Picanço, representante suplente da ABES/PA
17 e Mariza Santos representante da AMAT/Carajás, além dos servidores da SEMAS:
18 Sheyla Brasil, Regina Magna, Alan Silva e Jonye Dinelly, para discutir as seguintes
19 Pautas: **1-** Avaliação e aprovação da Ata da reunião do dia 26 de junho de 2019; **2-**
20 Apresentação e aprovação das Metas do Ciclo 2 do PROGESTÃO **3-** Apresentação do
21 Produto 3 - Consolidação do diagnóstico do Plano Estadual de Recursos Hídricos-
22 PERH; **4-** O que ocorrer. O **Sr. Secretário Executivo Sr. Raul Protázio Romão iniciou**
23 **a reunião** informando que o **Presidente do Conselho** encontrava-se a caminho da
24 reunião, no entanto enquanto esta não fosse iniciada formalmente, faria uma inversão
25 na pauta da reunião ficando o item 3 como item 1 e não havendo necessidade de
26 quórum para a apresentação do produto 3 do PERH, anunciou a presença do
27 representante da Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos - COBRAPE,
28 empresa contratada para a elaboração do PERH no Pará, para apresentar o então item
29 1 da Pauta: Produto 3- Consolidação do Diagnóstico do PERH. Iniciando a
30 apresentação, o Sr. Christian Taschelmayer discorreu sobre a consolidação do
31 diagnóstico a partir das 4 consultas públicas realizadas em abril e maio desse ano,
32 apresentou um panorama do Plano de Recursos Hídricos e a situação atual desse
33 Plano. Informou sobre as consultas nos quatro municípios onde foram realizadas:
34 Altamira, Santarém, Marabá e Belém e demais informações. Após a apresentação, já
35 presente na reunião, o **Presidente do Conselho, Dr. José Mauro de Lima O' de**
36 **Almeida** cumprimentou os presentes e pediu para manter a coordenação da reunião
37 pelo **Sr. Raul Protázio Romão, Secretário Executivo do CERH**, contudo, ainda não
38 havia quórum para aprovação das pautas. O **Presidente** ressaltou a falta de quórum
39 nesta e em outras reuniões por motivos de atrasos, ausências constantes de
40 Conselheiros e em outro momento também já havia falado em não permitir que o
41 Conselho não fosse deliberativo, pois havia poucas reuniões durante o ano e muitas
42 demandas para serem resolvidas. Propôs então que fizessem a apresentação do
43 Produto 3 e quem estivesse presente, votaria e aos ausentes, seria dado um prazo para
44 que fizessem a sua manifestação com relação a aprovação; afirmou também que na
45 próxima reunião, iria propor uma revisão no Regimento Interno do Conselho para tratar
46 esse assunto e colocou em votação a referida proposta de aprovação *ad referendum*.
47 Na sequência, o Sr. Charles Cardoso, afirmou que uma das últimas discussões do



GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

48 Conselho foi sobre a questão do quantitativo do quórum. Opinou sobre a manutenção
49 do número de conselheiros, mas ressaltou sobre as suas responsabilidades de
50 Conselheiro, e que os ausentes fossem substituídos. Na sequência, o **Presidente**
51 informou que o Regimento Interno previa que após duas faltas seguidas ou três
52 alternadas, sem justificativa, deveria ocorrer a substituição do membro da instituição. E
53 que, portanto, seria providenciado junto às instituições que se fizessem as substituições
54 dos faltosos. Em seguida, o **Sr. Raul Protázio Romão, Secretário Executivo** anunciou
55 a apresentação do item 2 da pauta, informando a presença de doze conselheiros,
56 faltando três para ter quórum, afirmando que daria início a apresentação e no decorrer
57 da mesma, poderiam chegar outros membros do conselho e colocou para apreciação
58 dos Conselheiros, vindo a ter a concordância dos mesmos, sendo anunciada então a
59 apresentação do item 2 da pauta, pela Coordenadora de Planejamento da SEMAS, Sra.
60 Sheyla Brasil: Apresentação e aprovação das Metas do Ciclo 2 do PROGESTÃO. A Sra
61 Sheyla Brasil, iniciou sua apresentação, ressaltando que nos dias 14/08, 21/08 e 04/09
62 no auditório da SEMAS ocorreu a capacitação referente as metas do PROGESTÃO
63 Ciclo 2 para os membros do Conselho e das Câmaras Técnicas. Um dos pontos
64 polêmicos se deu quanto à variável 1.4 referente à atuação do **Conselho Estadual de**
65 **Recursos Hídricos**, na qual a Sra Sheyla Brasil informou que o nível mínimo adotado
66 pela Agência Nacional de Águas - ANA foi o 3, que significa que o mesmo ainda não é
67 atuante e/ou funciona em condições precárias e que após avaliação compreendeu-se
68 que o nível mínimo seria o 3 também. O Sr. Valdinei do IFPA afirmou que durante a
69 capacitação houve uma discussão referente a esse item específico e gostaria de
70 confirmar se foi acatada a sugestão de avançar para o nível 4, que significa que existe
71 Conselho constituído e atuante na gestão de águas (diversas resoluções, moções e
72 outras decisões tomadas) e o mesmo exerce parcialmente as suas atribuições previstas
73 na legislação estadual. A Sra Sheyla Brasil afirmou que na capacitação foi só explicado
74 que durante discussões de servidores da Semas houve o entendimento que a variável
75 sobre o Conselho poderia se encaixar no nível 4 e na Capacitação foi explicado que a
76 mesma poderia ser enquadrada no nível 3 e que na presente reunião seria colocado
77 em votação se o nível adotado seria o 3 ou 4. O Sr. Valdinei do IFPA informou que o
78 que foi posto em discussão foi a própria posição já colocada pelo Presidente de que no
79 processo de envolvimento da sociedade, nas discussões estabelecidas por lei, o poder
80 público teria a opção de levar as discussões até a sua última instância, suas
81 possibilidades e no momento que ele entendesse que haveria a necessidade de mudar
82 a regra como já ocorreu no Conselho Estadual de Meio Ambiente se mudaria a regra
83 no âmbito do Conselho Estadual de Recursos Hídricos também. Valdinei continua sua
84 fala, afirmando que da mesma forma sobre a atuação do Conselho se entende que é
85 melhor considerar o conselho pouco atuante do que o poder público assumir a
86 responsabilidade pela atuação do conselho e o que se discutiu naquele momento é que
87 algumas mudanças já vinham sendo trabalhadas no próprio regimento interno do CERH,
88 no sentido de se buscar a garantia da participação efetiva dos representantes, as quais
89 foram feitas no papel, porém, ainda há a necessidade de uma tomada de decisão mais
90 efetiva em relação aos faltosos. Apontou as dificuldades, justificativas que existirão,
91 mas que se não houver um posicionamento do Conselho, haverá uma regressão, pois
92 o Conselho deve se posicionar num nível em que todos os conselheiros busquem a
93 efetiva participação. Afirmou que essa discussão ocorreu durante a capacitação; que o
94 Conselho vem num processo de crescimento, que se considerasse um nível a menos,
95 perderia o estímulo, e portanto, deveria se optar pelo nível 4. Afirmou ainda que fez
96 uma proposta de mostrar como é feito o acompanhamento do trabalho do Conselho no



GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

97 IFPA, para chamar à responsabilidade, mostrar os indicadores, mostrar como o poder
98 público está com uma velocidade de atuação que não pode ser tolhida pelo não
99 comprometimento dos conselheiros, pois é o próprio Conselho que traz pra si essa
100 responsabilidade. Prosseguindo a apresentação, a Sra Sheyla Brasil lembrou que a
101 referida variável referente ao CERH é obrigatória pra todos os anos do ciclo 2. Após as
102 discussões, houve a alteração da variável do nível 3 para 4. A Sra. Sheyla, franqueou
103 a palavra e a Sra. Silvana da UFRA, que manifestou-se, lembrando que durante a
104 capacitação em concordância com essa colocação de aumentar o nível de participação
105 do conselho ou aumentar o nível dessa variável, isso seguiria com outras questões por
106 não se poder desvincular o apoio do conselho ao arcabouço legal, entendendo, portanto,
107 que se aumentar a participação do Conselho, dando maior suporte à SEMAS, não teria
108 como continuar num nível básico e sim elevar seu nível de atuação e, portanto, outras
109 questões deveriam ser avaliadas. Após a manifestação da Sra Silvana, e sem mais
110 manifestações da plenária, a Sra Sheyla prosseguiu confirmando a alteração da
111 variável sobre o Conselho para o nível 4. Em seguida, a Sra Sheyla Brasil fez menção
112 sobre a variável 4.4-Sustentabilidade Financeira, informando que a mesma não seria
113 meta obrigatória para avaliação pelo Progestão. Sobre essa questão, o Sr. Carlos
114 Amaral da CEPAPA, dirigindo-se ao Conselheiro Valdinei do IFPA, ponderou que seria
115 importante essa variável ser obrigatória, para atender, por exemplo, os Comitês de
116 Bacias que não tem logística financeira e que, portanto, isso deveria ser discutido para
117 que o comitê de bacia tenha infraestrutura, um mote financeiro pra poder trabalhar e
118 isso precisava ser discutido dentro dessa proposta do Progestão, pois não estava
119 sendo visto como prioridade e nem colocado dentro das variáveis, enfim tinha dúvidas
120 sobre isso e exemplificou questionando, caso o Conselho quisesse ter uma lancha, ou
121 um barco para o Comitê de Marapanim como ficaria? Quem iria trabalhar essa questão?
122 Em resposta a essa questão, o Sr. Valdinei entendeu que ficaria associada ao Fundo
123 Estadual de Meio Ambiente (FEMA), ao que a Sra Sheyla Brasil complementou
124 verificando no item da sustentabilidade financeira do PROGESTÃO que ela é a razão
125 entre montante de recursos efetivamente destinados ao funcionamento do sistema de
126 gerenciamento de recursos hídricos e o valor mínimo de recursos necessários ao seu
127 pleno funcionamento, sendo que tais recursos podem contemplar a compensação
128 financeira pelo uso de recursos hídricos, pelo setor elétrico, a cobrança do uso de
129 recursos hídricos, taxas, multas e recursos do Tesouro Estadual. O Sr. Valdinei do IFPA
130 fez ainda algumas considerações sobre o assunto e ponderou que o Conselho também
131 deveria se posicionar sobre esse item em discussão. Em seguida, a Sra. Camila da
132 Emater perguntou se haveria alguma meta de investimento onde poderia se enquadrar
133 a questão de aquisição de bens duráveis conforme perguntado pelo Sr. Carlos da
134 CEPAPA. O Sr. Carlos, por sua vez, ponderou que em relação ao Plano Estadual de
135 Recursos Hídricos, quando foi apresentado no início o produto 3 e quando leu sobre o
136 Encontro de Comitê de Bacias, e viu a programação, ficou apreensivo porque
137 atualmente o Conselho estava muito aquém em relação àqueles temas, que não
138 conhece nada ainda. Afirmou ainda, que quando o PERH foi apresentado, os Comitês
139 de bacia e as agências de bacia não estavam colocados como prioridade. O Sr. Carlos
140 ainda teceu mais algumas considerações sobre a variável em discussão. A Sra. Sheyla
141 Brasil explicou que essa sustentabilidade financeira é como se o órgão gestor fosse
142 responsável financeiro por todas as ações, não havendo um recurso próprio para a
143 gestão de recursos hídricos, tanto que se conta com recursos da ANA, não se tendo
144 sustentabilidade hoje, o que requer seguir os passos, para depois avaliar se há
145 condições de sustentar financeiramente a gestão de recursos hídricos no Estado sem



GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

146 o PROGESTÃO, sendo preciso, portanto, o primeiro passo que seria criar o Fundo
147 Estadual de Recursos Hídricos. Em seguida a Sra. Luciene Chaves, diretora da SEMAS,
148 explicou que o fato de se ter uma meta não obrigatória, uma variável facultativa, não
149 significa que a mesma não será trabalhada, e, ao afirmar que o Progestão constitui para
150 a SEMAS seu plano B, questionou se quando não mais existir o referido Programa, se
151 a SEMAS iria parar. Com esse questionamento, Luciene estava esclarecendo que
152 apesar de a sustentabilidade financeira não ser um item obrigatório, não havendo uma
153 avaliação para ele, isso não significava que a referida variável não seria trabalhada pelo
154 Conselho. Manifestando-se, o Sr Charles do Instituto Lá no Mangue, afirmou que
155 estavam discutindo o PROGESTÃO 2 e já se passou pelo PROGESTÃO 1 e o que lhe
156 chamava atenção era que apesar de estarem no Ciclo 2 continuavam nas metas
157 mínimas ou menos que as mínimas, e a responsabilidade do Conselho só aumentava.
158 Ele questionou se o Conselho ao acompanhar o desenvolvimento do PROGESTÃO 2,
159 quando chegar ao final do ano para passar para o próximo ciclo, o Conselho vai
160 aumentar ou não o nível para não ficar no mínimo. Afirmou que desde o PROGESTÃO
161 1, a gestão continua a dotar níveis mínimos, não havendo avanços, pela necessidade
162 de investir mais, sendo que se gestão hoje faz investimento com recursos da ANA do
163 PROGESTÃO, esse Plano B já deveria ter pensado desde o PROGESTÃO 1. Afirmou
164 ainda, que se no Estado existem empresas que podem contribuir com esse fundo, então
165 o Conselho tinha que fazer isso porque vai continuar a responsabilidade em aprovar as
166 metas no final do ano. Afirmou que o Estado tem um comitê que foi criado agora e se
167 tem que pensar nessa sustentabilidade, e isso vai refletir na responsabilidade do
168 Conselho em aprovar ou não as referidas metas do Progestão Ciclo 2. Para ele, se o
169 Conselho não aprovar, o Estado fica sem recursos financeiros e, portanto, ele entende
170 que o Conselho precisa aprovar para que o Estado continue com suas ações na área
171 dos recursos hídricos. Em seguida a Sra. Sheyla Brasil lembrou que se for observar o
172 Progestão Ciclo 1, ele tem um nível, quando passa para o Progestão ciclo dois, o nível
173 aumenta, e exemplifica que no nível da outorga do Ciclo 2 houve um aumento no grau
174 de dificuldade em relação ao ciclo 1, o que fez com que essa variável permanecesse
175 no nível mínimo. Concluindo as explicações, a Sra Sheyla Brasil colocou em votação à
176 plenária e essa **Meta** foi aprovada. Prosseguindo, a Sra Sheyla passou a apresentar a
177 Meta de Investimentos, na qual afirmou ser a contrapartida do Estado o valor de
178 R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) e para o ano de 2019, o papel do
179 Conselho era aprovar essa meta. E apresentou os demais valores e anos até 2023.
180 Complementando, a Sra Luciene Chaves, diretora da SEMAS informou que esses
181 valores colocados pra 2020 eram os projetos que estavam inclusos com recurso
182 estadual, sendo que estes valores que foram colocados a mais para os anos 2021,
183 2022 e 2023 eram uma sugestão para se manter o investimento mínimo exigido pelo
184 Ciclo 2 que é de R\$ 250.000,00 por ano como investimento do Estado. Em seguida, a
185 Sra Sheyla Brasil colocou em votação a Meta de investimento que foi apresentada e
186 discutida, ao que foi aprovada pelos Conselheiros. Desta forma, todas as metas do
187 Progestão Ciclo 2 apresentadas foram aprovadas por unanimidade. Prosseguindo a
188 reunião, o **Sr. Raul Protázio Romão, Secretário Executivo**, reportou-se ao próximo
189 item da pauta e conforme havia sido invertido no início da reunião, o seguinte, seria a
190 aprovação da ATA da reunião anterior de 26 de junho de 2019. Neste momento, a Sra.
191 Silvana da UFRA perguntou se já haviam sido aprovados os itens do Produto 3. Ao que
192 ele confirmou, conforme foi anunciado pela Sra. Sheyla Brasil. O Sr. Charles do Instituto
193 Lá no Mangue questionou esta aprovação, por não haver alcançado quórum, ao que o
194 **Sr. Raul Protázio Romão, Secretário Executivo** afirmou que conforme no início da



GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

195 reunião foi proposto pelo **Presidente do Conselho**, que, considerando o prazo exíguo
196 a votação poderia ser feita com o quórum presente e a partir daí se submeteria *ad*
197 *referendum* aos conselheiros que estivessem ausentes para que eles pudessem
198 encaminhar sua manifestação ainda que não em sessão, mas que pudessem dar sua
199 manifestação expressa e, assim, perguntou aos conselheiros se manteriam ou não o
200 acordo. Continuou, informando que caso não houvesse concordância, não se poderia
201 fazer a aprovação do quadro de metas do Progestão Ciclo 2 e teriam que convocar uma
202 reunião extraordinária pra votar esse item. Nesse momento, faltavam ainda (03) três
203 conselheiros para alcançar o quórum. Em seguida, a Sra Patricia da OAB afirmou que
204 pra quem se disponibilizou a passar os quatro dias no treinamento do PROGESTÃO,
205 na presente reunião a explicação deveria fluir de forma rápida, com muita tranquilidade,
206 no entanto, deixar de ter quórum seria muito grave para quem disponibilizou o seu
207 tempo para estar na reunião. **O Sr. Raul Protázio Romão, Secretário Executivo**
208 afirmou que havia algumas opções, tinha a opção da não aprovação e precisar de uma
209 reunião extraordinária, ou essa aprovação e casos omissos serem deliberados nesta
210 reunião enquanto Conselho formado e a outra opção seria a proposta anterior do
211 Presidente, que se fizesse a votação com os presentes e *ad referendum* a aprovação
212 dos demais membros ausentes, e aí caberia aos conselheiros definirem. A Sra. Silvana
213 da UFRA posicionou-se quanto a ampliação da participação do Conselho, cabendo a
214 SEMAS verificar alguma forma para garantir a presença dos conselheiros às reuniões,
215 não sendo admissível haver reunião e não ter o mínimo de membros para deliberar
216 sobre questões importantes. Em seguida o Sr. Charles Cardoso falou sobre a
217 participação na oficina do PROGESTÃO e ressaltou a falha da participação do Poder
218 Público Estadual e não concordava que fosse aprovado com insuficiência de
219 conselheiros, pois no treinamento foram repassadas muitas informações sobre o
220 PROGESTÃO, ficando clara a carga de responsabilidade do Conselho, que no final,
221 teria a importante incumbência de aprovar as referida metas do Progestão Ciclo 2. O
222 **Sr. Raul Protázio Romão, Secretário Executivo** falou que não se tratava de
223 aprovação com insuficiência de conselheiros, a questão era a votação expressa de
224 quem se encontrava presente, não seria deixar de ouvi-los ou ouvir a sua manifestação,
225 porque todos os conselheiros tiveram acesso ao mesmo material, seria deixar que eles
226 votassem num momento posterior. Não seria abrir mão do quórum, a questão era
227 aquele momento. Em seguida a Sra. Camila da EMATER, falou que o PROGESTÃO
228 era um programa de muita importância e necessário para a questão dos Recursos
229 Hídricos no Estado, e que a proposta que o Presidente acabara de sugerir se estivesse
230 no Regimento Interno do Conselho, poderia ser votada nesta reunião porque o tempo
231 estava exíguo e a proposta de *ad referendum* seria a mais viável. Em seguida o Sr.
232 Carlos Amaral opinou quanto a falta de quórum que a lei deve ser seguida, e a
233 Secretaria Executiva deveria tirar os conselheiros faltosos, compreendendo que se não
234 havia quórum era porque não havia interesse e portanto não haveria votação. A Sra
235 Luciene Chaves, pronunciando-se, afirmou que a SEMAS tomou a iniciativa de requerer
236 à Agência Nacional de Água postergação de prazo pra aprovar as metas, o quadro de
237 metas e o quadro de investimento e com o deferimento, foi dado um prazo até 30 de
238 setembro e a partir daí começou o trabalho interno de organizar e fazer as reuniões,
239 explicar as metas, sendo um trabalho cansativo pra todos, porque, segundo Luciene, já
240 havia as atividades de rotina da Secretaria e a dedicação empregada para o
241 funcionamento de um conselho se tornava muito grande, sendo que em todas as
242 reuniões havia a dificuldade de quórum e as pessoas que estavam presentes,
243 acabavam sendo as mesmas que normalmente compareciam às reuniões. E, portanto,



GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

244 ela defendia essa possibilidade de aprovar ad referendum pra não prejudicar todo o
245 trabalho que já havia sido feito por parte de todos. Logo após, o **Sr. Raul Protázio**
246 **Romão, Secretário Executivo** informou a todos a decisão de fazer uma pausa de
247 quinze minutos da reunião pra fazer uma avaliação e posterior deliberação. O propósito
248 seria tentar acionar os conselheiros. Após o tempo estipulado para a pausa na reunião,
249 esta reiniciou com a palavra do **Sr. Raul Protázio Romão, Secretário Executivo**, que
250 anunciou que a partir do quórum presente iria ser realizada a aprovação ou não do
251 quadro de metas do PROGESTÃO. No item 2 da pauta havia apresentação e
252 aprovação do ciclo 2 das Metas do PROGESTÃO. As metas foram apresentadas e
253 enviadas anteriormente aos conselheiros de modo que se aproveitava o momento pra
254 fazer a votação. Colocou em votação e foi aprovado por unanimidade. Passou para o
255 item 1 da pauta que é a avaliação e aprovação da Ata da 29ª reunião do CERH do dia
256 26 de junho de 2019, que foi enviada para o e-mail de todos os membros analisarem.
257 Após votação, a ata foi aprovada por unanimidade. No próximo item de pauta “o que
258 ocorrer”, o **Sr. Raul Protázio Romão, Secretário Executivo** perguntou se algum
259 conselheiro gostaria de fazer uso da palavra, ao que houve a manifestação dos
260 senhores Charles Cardoso e do Sr. Valdinei Mendes. Primeiramente, o Sr. Charles falou
261 que já era histórico no conselho se fazer uma pausa para aguardar quórum, mas
262 ressaltou que a falha era do Poder Público do Estado e propôs que esses membros
263 fossem substituídos. Para ele, o Conselho tinha que fazer um alinhamento, ou seja, se
264 organizar, pois existiam assuntos para analisar de suma importância, como por exemplo,
265 o Comitê de Bacia do Rio Marapanim, que após os 12 anos de muito trabalho, os
266 representantes da bacia adquiriram entendimento, conhecimento, sobretudo sobre o
267 que acontece dentro dos 12 municípios, observavam situações que acontecem na
268 região do Comitê de Bacia, e igualmente ocorrem no lago de Tucuruí, e acompanham
269 as ações da SEMAS na apreensão de equipamentos de caça submarina, considerando
270 ações como essa necessárias para manutenção das questões hídricas. Logo após,
271 reportou-se sobre a posse da Diretoria do Comitê de Bacia do Rio Marapanim que de
272 acordo com a Resolução nº 16 do CERH, o prazo era de 30 dias para a posse do
273 Presidente e como representante gostaria de uma informação neste sentido. O **Sr. Raul**
274 **Protázio Romão Secretário Executivo**, informou que essa posse deverá ocorrer
275 oportunamente, sendo que já existe uma diretoria provisória e será enviado um ofício
276 ao Comitê informando a data para a posse que deverá ocorrer no CIMAM ou na sede
277 da SEMAS. O Sr. Charles informou que já foi apresentado o nome do Presidente e do
278 Secretário e depois da posse haverá um período de seis meses para trabalhar até a
279 posse da Diretoria definitiva. Informou ainda, que a diretoria do Comitê deverá voltar
280 aos 12 municípios e precisará de apoio logístico, criar uma infraestrutura, para dizer
281 como vai ficar a gestão após a posse, sobretudo a questão socioeconômica. Relatou
282 que a diretoria já estava preparando o regimento interno e deseja contar com o apoio
283 da SEMAS via Batalhão Florestal para que se faça presente nessas localidades, pois
284 de acordo com o conhecimento e oferecimento de denúncias estão existindo situações
285 de muitas irregularidades nos municípios, envolvendo agricultores, pescadores,
286 ribeirinhos, de modo que os peixes que poderiam estar se reproduzindo, estavam sendo
287 caçados. Abordou ainda, outras situações que ocorrem nos municípios; em seguida fez
288 um breve histórico da criação do Comitê da Bacia do Rio Marapanim, fez
289 agradecimentos a pessoas que participaram de todo o processo de criação do Comitê
290 e também ao CERH e ao Governo do Estado e pediu ainda o apoio ao Conselho para
291 o desenvolvimento do trabalho do referido Comitê. Em seguida o Sr. Valdinei da IFPA
292 ao tratar sobre a apresentação do produto 03 do Plano, questionou aos representantes



GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

do Conselho e do Estado, se os mesmos estavam satisfeitos com a contribuição da sociedade na construção do Plano Estadual de Recursos Hídricos. Então ele questiona que ao se fazer um levantamento no Estado de quanto por cento da população tem ciência de que o Plano está sendo elaborado, essa participação poderia ser considerada como efetiva, de fato, ou poderia estar incorrendo na construção de algo que se entende que é participativo e lá na frente ser criticado por estar elaborando um documento tão importante sem divulgação efetiva. Relata ainda, que se fazia divulgação de muitas ações desenvolvidas e no caso do Plano seria interessante que se divulgasse na mídia específica sobre esse assunto inclusive em horário nobre, pois a população não tem interesse e não sabe do que se trata. Em seguida fez um agradecimento pela oportunidade de formação para o PROGESTÃO por entender que é complicado para o conselheiro dizer sim e não de algo que pra muitos é complexo. Considerou, portanto, a formação muito bem vinda, agradeceu o esforço da equipe e fez uma ponderação, não querendo se reportar a não participação dos representantes do poder público no conselho, por outro lado destacou fazendo referência ao que foi solicitado em relação ao posicionamento do conselho no PROGESTÃO, lembrando sobre a variável Conselho, que retroceder do nível 4 (quatro) para o 3 (três) representaria aceitar que os membros do Conselho não teriam condições de ser mais proativos, mais participativos. Entretanto, afirma compreender que os membros do CERH devem perseguir isso e nesse sentido afirma que a responsabilidade da Secretaria no momento que assume as metas, precisa ser evidenciada em ações e ele destacou um ponto fundamental no momento em que se pensa em estruturação, e reestruturação principalmente da questão administrativa, que seria prudente haver uma estruturação do corpo técnico, um plano de fortalecimento da equipe. Pondera que a contratação temporária de servidores, apenas ameniza a questão em curto prazo, pois há um investimento na capacitação desse servidor, que ao término do contrato deverá ir embora. Afirma compreender que junto com o PROGESTÃO há necessidade de se pensar numa programação de fortalecimento das equipes técnicas da SEMAS. Pondera isso por saber que ao final de cada avaliação de cada ciclo, esse pode ser o ponto de gargalo do avanço da implementação da política de recursos hídricos que seria a falta de pessoal técnico capacitado pra levar a política de recursos hídricos pra frente. Em seguida o Sr. Ari da PGE pronunciou-se informando que na Procuradoria Geral do Estado, no âmbito da Procuradoria Ambiental estão lotadas apenas duas pessoas que são ele e o Dr. Thiago que é o seu suplente e informou que se fosse necessário modificar para a obtenção de quórum, o Dr. Thiago poderia ser o titular e ele o suplente, e exatamente nesse dia, os dois tinham compromissos judiciais e, portanto, pediu desculpas ao Sr. Charles que fez o questionamento, e aos demais conselheiros pelo atraso, mas dentro da dinâmica da procuradoria ambiental não havia muita escolha quanto aos membros porque efetivamente só eram duas pessoas. Em seguida passou-se a palavra ao Sr. Carlos Amaral da CEPAPA, que expôs que gostaria de fazer duas considerações, a primeira com relação ao crachá e a segunda sobre o Regimento Interno que o Secretário colocou pra que se pense em fazer uma reformulação dele com relação ao quórum se fosse o caso. A terceira seria sobre os representantes do setor usuário da água, do qual citou que os representantes do SINDARPA e da COSANPA não estavam comparecendo, conforme observou na folha de presença. Reforçou que precisava haver um chamamento para esses órgãos. Ressaltou a importância do Plano Estadual de Recursos Hídricos no seu setor (pesqueiro) e para a população norte do Estado do Pará que tem a região mais insular, recomendando que seja o instrumento mais importante da política do governo e que o setor pesqueiro tenha



GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

342 mais importância dentro da política governamental. Propôs, assim, que fosse discutida
343 dentro do Conselho a infraestrutura logística e financeira pra esta Bacia e para as
344 próximas Bacias. Afirmou ser preciso avançar nessas discussões, aproveitar a
345 interação entre Conselho, SEMAS, PROGESTÃO e o Plano Estadual de Recursos
346 Hídricos, ponderando que o Conselho tinha que se apropriar disso numa discussão
347 mais efetiva para que se possa ter uma produção. **O Sr. Raul Protázio Romão,**
348 **Secretário Executivo**, afirmou que já há uma iniciativa para fazer avançar nessas
349 discussões assim que for dada a posse a Diretoria provisória. Em seguida a Sra.
350 Patrícia da OAB, fez um agradecimento ao representante da PGE que veio atender
351 quanto a questão do quórum e também a oportunidade de se ter dado um passo adiante
352 na política de recursos hídricos no Estado do Pará, através da aprovação das metas do
353 Progestão Ciclo 2. A importância dessa reunião foi um momento em que o Conselho se
354 comprometeu em avançar, e ser mais efetivo na discussão e execução da política de
355 recursos hídricos e ponderou que com a instituição do primeiro comitê de bacia
356 hidrográfica, quanto mais a sociedade se envolver, mais possibilidade de melhoria na
357 gestão das águas haverá para todos. Em seguida, não havendo mais nenhuma
358 manifestação dos membros, o **Sr. Raul Protázio Romão, Secretário Executivo**
359 agradeceu a participação de todos e encerrou a Reunião.

Raul Protázio Romão
Secretário Executivo do CERH